

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO FACILITADORA DO APRENDIZADO PELO ALUNO SURDO

Gabriela Fernanda Dias **VICENTE**¹

Marta Aparecida Oliveira Vicentin **NUNES**²

Beatriz Aparecida da **COSTA**³

RESUMO

O presente artigo de revisão bibliográfica tem por objetivo geral discutir como as Tecnologias da Informação e Comunicação agem como recursos mediadores e/ou facilitadores do processo de aprendizagem do aluno surdo. Supondo que o ponto principal para o sucesso de todo o processo de alfabetização de alunos surdos é a imagem, será discutido o quanto as tecnologias são agentes facilitadores, a importância do professor neste processo, e o quanto a formação neste quesito é importante para este profissional enquadrado na escola inclusiva. Portanto, assim justifica-se a produção deste trabalho, para contribuir cientificamente com um assunto de poucas discussões em pesquisas, e assim auxiliar outros profissionais da educação que passam por este desafio.

Palavras-chave: TIC, Libras, Surdez.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss how information and communication technologies act as mediators and / or facilitators of the learning process of the deaf student. Assuming that the main point for the success of the whole process of deaf students' literacy is the image, it will be discussed how technologies are facilitators, the importance of the teacher in this process, and how much training in this area is important for this professional framed in inclusive school. Therefore, the production of this work is justified, to contribute scientifically with a subject of few discussions in researches, and thus to help other educational professionals who go through this challenge.

Keywords: Information and Communication Technology, Brazilian Sign Language, Deafness.

¹ Pedagoga e pós-graduada em Tradução e Interpretação de Libras e Educação Inclusiva.

² Pedagoga e pós-graduada em Psicopedagogia, Educação Especial, Libras e Educação de Surdos.

³ Pedagoga, Mestre em Educação e Doutora em Educação.

Recebido em: 28/06/2019 - Aceito para publicação em: 29/07/2019

INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem de qualquer pessoa não é algo simples. Os professores alfabetizadores, principalmente, têm um grande papel na evolução das crianças, porquê dali que sairão futuros leitores e escritores. Mas acerca do desenvolvimento da alfabetização de crianças ouvintes existem milhares de produções e pesquisas que auxiliam estes profissionais. Ocorre que quando falamos em crianças surdas, essas pesquisas e produções caem. E quando os professores alfabetizadores se deparam com uma criança surda em sua sala, se defrontam com um grande desafio, pois na maioria das vezes, não tem noção de por onde começar, quais materiais utilizar, quais são os recursos facilitadores, entre outros.

Por este motivo o presente artigo foi formulado, ele tem por objetivo trazer para discussão um dos recursos facilitadores do processo de aprendizagem do aluno surdo. Assim, esta produção tem por objetivo geral discutir como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) agem como facilitadoras do processo de aprendizagem do aluno surdo. E por objetivos específicos, refletiremos também acerca da importância do professor neste processo, e o quanto a formação neste quesito é importante para este profissional no contexto da escola inclusiva.

Vivenciando esta situação na prática, pode-se perceber que a dificuldade de melhor compreender como se este processo de alfabetização do aluno surdo cerca as escolas regulares que recebem-os, apesar das legislações definirem as escolas públicas brasileiras como inclusivas. Discutiremos o assunto detalhadamente mais a frente, embasados pelas leis que nos asseguram disso. Portanto, é desta maneira que se justifica a produção deste trabalho, para contribuir cientificamente com um tema que ainda é pouco abordado em pesquisas, e assim auxiliar outros profissionais da educação que passam por este desafio. Para Lacerda e Carvalho (2011, n.p.) pela política educacional brasileira que advoga a inclusão e pela recente oficialização da LIBRAS, torna-se fundamental discutir estratégias didáticas que permitam o amplo letramento de alunos surdos no Português escrito.

Este trabalho utilizará como metodologia a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p.45) [...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Importante ressaltar que para o autor, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Ibidem, p. 45).

LIBRAS E AS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A Libras é uma língua espacial-visual reconhecida pela Lei 10.436/2002, e é definida por ela como a forma de comunicação e expressão com estrutura gramatical, normas, padrões e regras próprias. Por meio dela é possível a transmissão de ideias, discussões e avaliações de qualquer ramo.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem

um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, art. 1).

Mas e quando nos referimos a aprendizagem do aluno surdo, quais são as melhores opções para o professor? É necessário considerar que os surdos tendem a organizar seus pensamentos segundo uma ordem lógico-espacial (SALES, 2013, p.17). Nossa própria legislação também nos reforça isso, explicando que: A surdez se caracteriza pela diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição de linguagem oral de forma natural. A surdez consubstancia experiências visuais do mundo. (BRASIL, 2001, p. 01, grifo nosso).

Para Alvez et al. (2010) os caminhos metodológicos que envolvem a aprendizagem da língua são referências visuais, anotações em língua portuguesa, dactilologia, parâmetros primários e secundários, classificadores e sinais.

O principal destes recursos didáticos é o uso de imagens, pois a Libras (língua materna que regula todo a estrutura de pensamento da pessoa surda) faz com que o aluno pense concretamente, portanto, apresentando uma imagem, ele cria imediatamente a imagem mental do assunto a ser tratado, e já associa o sinal e a palavra em português. Os significados necessitam de uma encarnação material (sonora, visual, tátil...) para serem apreendidos, mediados pelo grupo social e significados pelo sujeito (FERNANDES, 2006, p.133).

A partir de então, discorrer sobre o assunto em questão é muito mais simples, pois o aluno compreendeu o ponto central, além da possibilidade de incluir novos sinais e novas palavras. Segundo Nunes (2013, p.3) [...] a imagem permeia os campos do saber, traz uma estrutura e potencial que podem ser aproveitados para transmitir conhecimento e desenvolver raciocínio.

Diversos outros autores salientam a importância da presença da imagem no processo de ensino-aprendizagem do surdo. Sales (2004) reafirma o dito acima, esclarecendo que o elemento visual é um dos mais importantes facilitadores da aprendizagem de alunos surdos e que as estratégias adotadas na educação devem sempre privilegiar os recursos visuais como um método facilitador do pensamento, da criatividade e da linguagem.

Campello (2008) salienta que quando os métodos se sustentam sobre os pilares da visualidade, carregando o signo como seu maior aliado, o processo de ensinar e aprender decorre com maior facilidade.

Se as imagens são recursos de extrema importância neste processo, deduzimos então, que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são grandes facilitadoras do trabalho do professor, já que além da praticidade, despertam o interesse, necessidades e o desejo de se aprimorarem (NUNES, 2013). Assim, a imagem estimula, traz interesse e vontade de se apropriarem do que está sendo passado. É um método que neste caso foi pensado para o aluno surdo, mas que pode beneficiar outros alunos da sala.

Pelo fato do pensamento da pessoa surda se dar a partir de imagens, as TIC podem

muito contribuir no processo de aprendizagem deste sujeito, pois facilita a interação através de seus recursos de imagem, como o computador conectado à internet, por exemplo.

A legislação brasileira também garante isso, através do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 no capítulo VI que dispõe sobre o direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva: § 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação (BRASIL, 2005, art. 22).

I. Breve Histórico Da Surdez

Antes de entendermos o processo de aprendizagem do surdo e seus meios facilitadores, é indispensável compreendermos o processo histórico da surdez e da educação de surdos, pois só assim, refletindo sobre a história que nos cerca é que entendemos a atual situação, pois o estudo do ocorrido anteriormente, nos ajuda a entender o presente.

Segundo Goldfiel (1997) para a sociedade o surdo apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade eram vistos como pessoas enfeitiçadas, castigadas pelos deuses, ou com piedade e compaixão. Por isso, a crença de que o surdo não pudesse ser educado persistiu até o século XV. No século XVI o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) acreditava que os surdos pudessem sim ser educados, então desenvolveu uma metodologia baseada na datilologia (representação manual das letras do alfabeto), escrita e oralização. A partir daí, criou uma escola de professores surdos. Em 1620, Juan Pablo Bonet também na Espanha, publicou um livro com a invenção de Pedro Ponce de Leon, o alfabeto manual. Em 1750, na França, surge Abade Charles Michel de L'Epée, que foi muito importante na educação de surdos pois transformou sua casa numa escola pública. Ele acreditava e defendia que as pessoas com surdez deveriam ter acesso a educação pública gratuita, não importando seu nível social. Na Alemanha, neste mesmo período, Samuel Heinick desenvolveu a filosofia educacional oralista que defende a rejeição à língua de sinais e o ensino da língua oral para os surdos. Em 1817 nos EUA, Thomas Hopkins Gallaudet, fundou a primeira escola para alunos com surdez, que usava o francês sinalizado adaptado para o inglês, como forma de comunicação. A partir de 1821 todas as escolas públicas americanas iniciaram o contato com a ASL (Língua de Sinais Americana). Em 1864 foi fundada a Universidade Gallaudet, a primeira nacional para surdos. A partir de 1860 o método oral começou a ganhar força por conta dos avanços tecnológicos que facilitavam a aprendizagem da fala pelas pessoas com surdez.

Também segundo Goldfiel (1997) em Milão em 1880, houve o Congresso Internacional de Educadores Surdos, onde foi colocado em votação qual método deveria ser realizado na educação de surdos. Alexander Graham Bell exerceu grande influência no resultado, o oralismo venceu, e o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido. Válido ressaltar que a maioria dos participantes deste congresso eram ouvintes, e aos professores surdos foi vetado o direito ao voto. A partir daí a oralização passou a ser o grande foco da aprendizagem dos surdos, em detrimento de outras disciplinas curriculares, levando a uma queda significativa do nível de escolarização

dos alunos com surdez. O oralismo prevaleceu até 1970, quando Willian Stokoe publicou um artigo evidenciando que a ASL possuía as mesmas características das línguas orais.

No Brasil, segundo Goldfiel (1997), em 26 de setembro de 1857 foi fundado o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que utilizava língua de sinais. No fim da década de 1970 chega ao Brasil, a filosofia da Comunicação Total que utiliza todas as formas possíveis na educação, e acredita que a comunicação deve ser privilegiada e não a língua. Utiliza qualquer recurso linguístico, seja língua de sinais, linguagem oral ou códigos manuais. Ela também não trouxe resultados satisfatórios na aprendizagem em relação ao seu processo de escolarização.

No Brasil, na década de 1980 é que se inicia o bilinguismo, com base nas pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito. De acordo com Brito (1993) o bilinguismo propicia além da comunicação, a importante função de suporte do pensamento do surdo, e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social.

II. POR QUE O ALUNO SURDO É LETRADO E NÃO ALFABETIZADO?

Para entender o processo de letramento de um aluno surdo, primeiro se faz necessário compreender a diferença entre letramento e alfabetização. Sinteticamente, alfabetização trata-se da codificação e decodificação do código alfabético, já o letramento vai mais afundo, engloba a compreensão e interpretação destes processos, além de sua função social. Segundo Fernandes (2006) letramento pressupõe estado ou condição de quem não apenas sabe ler ou escrever, mas utiliza, pratica socialmente a leitura e escrita, respondendo adequadamente às suas demandas sociais (2006, p.131).

Sendo assim, podemos dizer que letramento vai além do processo de alfabetização, pois ele é principalmente a função social do processo de alfabetização. Então, esclarecendo, não é possível que um surdo se alfabetize pois este processo envolve sonoridade, fonemas e grafemas.

Fica evidente uma primeira inferência: a alfabetização, em sua acepção estrita, não é uma realidade tangível para os surdos, simplesmente porque a codificação e decodificação pressupõe a habilidade de reconhecer letras e sons (FERNANDES, 2006, p.132).

Reforçando então,

Se os surdos não têm acesso a experiências auditivas qualitativas, que lhes permitam fazer distinções perceptivas entre fonemas e grafemas, sua incursão no mundo da escrita fica inviabilizada por encaminhamentos metodológicos que tomem como ponto de partida a oralidade (FERNANDES, 2006, p.132).

Portanto, o letramento sim é possível para o surdo, pois ele memoriza as palavras associando-as aos seus sinais e imagens, e assim é capaz de ler e compreender textos, e ter acesso a informações.

O domínio do código alfabetização envolve um conjunto de habilidades de codificação e decodificação de letras, sons, sílabas, palavras. Já a apropriação da leitura e escrita, de forma significativa letramento, é prazer, é lazer, é acesso à informação, é comunicação, é, enfim, exercer cidadania por meio de uma condição, em diferentes práticas sociais (FERNANDES, 2006, p.131).

Assim quando o trabalho com educandos surdos é feito por meio de imagens, os ganhos vão além da aquisição e da ampliação de seu vocabulário na Libras. Melhoram também seu processo de letramento no Português, já que da mesma maneira que ocorre com sua língua natural, o surdo aprende por memorização. Portanto, quando apresentamos as palavras focando os aspectos fônicos e de maneira descontextualizada seu desempenho cai. Este é uma das causas que os alunos surdos, mesmo após anos de escolarização, apresentam baixo rendimento, principalmente no Português.

Para qualquer criança iniciar seu processo de alfabetização, é necessário que ela seja fluente em uma língua, pois ela não é somente uma forma de comunicação, é principalmente reguladora de pensamento, segundo Vigotski (2007). Sendo assim, a Libras, que é a língua materna do surdo, terá a importante função de mediar o letramento no Português.

[...] Por isso, aprender a ler e a escrever implica não apenas o conhecimento das letras e do modo de decodificá-las (ou de associá-las), mas a possibilidade de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação, possíveis, reconhecidas, necessárias e legítimas em um determinado contexto cultural. (COLELLO, 2004, p.3)

Portanto, podemos concluir que quem sabe Libras, aprende mais e melhor a ler e escrever em português, pois já tem sustentação em sua língua materna (L1) para garantir a aprendizagem em uma segunda língua (L2).

Atualmente, a maior parte das experiências e pesquisas relacionadas a educação de surdos concluem que o melhor método é a educação bilíngue, pois trabalha concomitantemente a Libras e o Português, ressaltando que o Português é trabalhado através da língua materna do surdo, que é a Libras. Fernandes (2006, n.p.) esclarece a necessidade de ter a L1 (Primeira língua) bem fundamentada para compreensão da L2 (Segunda língua):

Em projetos bilíngues é pressuposto que o processo de ensino e de aprendizagem está fundado em operações linguísticas e metalinguísticas em que a primeira língua mobilize os sentidos e as estratégias de aproximação com a segunda língua em questão, ou seja, o aprendizado do sujeito será mediado pelas experiências que desenvolveu em sua língua materna, de referência.

Lacerda e Carvalho (2011, n.p.) no artigo Letramento de adolescentes surdos: experiências em um programa de inclusão bilíngue relatam sua experiência de uma escola inclusiva bilíngue, e deixam claro a importância de materiais visuais para estes alunos, que tem seu pensamento todo estruturado por imagens:

[...] as aulas de português foram todas preparadas com riqueza de materiais visuais tanto no que se refere a conteúdos linguísticos, quanto aos aspectos conceituais para oferecer uma pedagogia visual de ensino especialmente pensada para estes alunos.

Mesmo após a fase de letramento, a maior parte continua tendo dificuldades, pois, a Libras como língua, tem suas regras, estrutura e gramática próprias. E a cada vez que o surdo tem que ler um texto em Português, ele tem que fazer este processo de tradução de sua língua materna, para sua língua secundária.

Quando nos referimos a desenvolvimento da leitura e escrita é necessário grande estímulo, para qualquer pessoa, ouvinte ou surda. Ocorre, que as ouvintes são mais estimuladas pois, são incentivadas desde cedo ouvindo seus pais, familiares, e posteriormente na escola com os professores e colegas. A partir daí, começa associar o som das letras, formando palavras, lendo pequenos trechos e assim por diante, até estar plenamente alfabetizada e lendo com fluência.

Mas e a pessoa surda? Quando nascem em famílias que já possuem outros surdos tem possibilidade de receber todo o estímulo necessário para seu bom desenvolvimento familiar, mas ainda assim enfrentará barreiras em sua vida, como ao passar a frequentar a escola, se seus professores não tiverem formação para se comunicar e ensinar em Libras, ou com os colegas de sala se estes também não forem preparados para tal. E tudo isso piora quando nascem em famílias de ouvintes, e seus pais não estão preparados para aceitar a diferença e querem trazê-los para a normalidade, forçando-os a falar, ou então, surgem outros problemas de não utilizar uma língua oficial desde criança.

Do mesmo modo, elas não têm acesso à língua de sinais pela ausência de interlocutores surdos na infância. As interações familiares acabam condicionadas àquilo que a criança consegue apreender dos estímulos visuais e outras informações sensoriais que lhe chegam, desenvolvendo sistemas gestuais de comunicação que não possuem a complexidade simbólica de uma língua (FERNANDES, 2006, n.p.).

Atualmente os surdos são tidos como maus leitores e escritores, mas se apenas compararmos estas duas situações conseguimos entender o porquê. Alia-se ao fato de que o surdo por natureza é bilíngue, tem sua língua principal e materna, a Língua de Sinais, mas também necessita aprender a ler e a escrever em Português. Importante lembrar que a Língua de Sinais, é imagética, estruturada de forma extremamente visual, sem verbos de ligação e conjugação do tempo verbal. Para ler e escrever, ele precisa raciocinar em sua língua materna e externalizar em sua segunda língua, que é completamente diferente quando escrita e lida. Entretanto, funcionalmente as duas tem suas funções e objetivos cumpridos com eficiência.

E para que o surdo possa conseguir tudo isto com sucesso, precisa estar com sua língua materna muito bem estruturada e internalizada. Neste ponto o papel do

professor que lida com este aluno é fundamental. Pois cabe a ele ajudar o surdo a caminhar neste processo, com a Libras como primeira língua e o Português como segunda, sendo a ferramenta para que ele tenha aquisição a todos os teores do universo letrado.

III. AS TIC COMO BASE NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO VISUAL PARA O ALUNO SURDO

As TIC disponibilizam aos alunos a facilidade de acesso a inúmeras imagens, vídeos, informações que acontecem simultaneamente no mundo. Bem como seu contexto histórico, cultural, entre outros. O professor aliado as TIC tem o mundo dentro da sala de aula.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) as Tecnologias da Comunicação e Informação são definidas como: recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, que podem ser os diferentes meios de comunicação, os livros, os computadores, entre outros.

As TIC são um método importante que se bem utilizados trazem inúmeros benefícios aos seus usuários, já que elas disponibilizam agilidade na busca e no repasse de informações.

Atualmente vemos muito mais tecnologias dentro da escola (computadores, tablets, lousas digitais) do que em relação a alguns anos atrás. Inegável⁴ que houve um esforço do poder público para incluí-la na escola, para que o professor faça seu uso da melhor maneira possível. Para Sarti (2014) os dois (professor e TIC) se complementam e auxiliam na construção do conhecimento feito pelo estudante que se forma na escola para viver em sociedade. Mas ainda não é tão simples assim o professor utilizá-lo, pois muitas vezes apesar do computador existir dentro da escola, ainda não tem a internet, ou o projetor, ou até mesmo softwares disponíveis que auxiliem no trabalho de determinados assuntos. Afirmo isso enquanto profissional atuante na rede pública dentro do estado mais rico da federação que vivencia algumas dessas situações. E agora refletindo, me pergunto: como são enfrentados tais percalços em outros estados mais pobres?

Há também outro ponto há ser analisado, por vezes encontramos resistência de alguns professores em tentar trabalhar com o novo e o diferente, como analisa Sarti (2014, p.22):

Temos conhecimento que a inserção da tecnologia não se deu da mesma forma que os projetos governamentais e políticos, e, que ainda em 2012, não é fácil adquirir e usar tecnologias dentro da sala de aula seja por falta de mais pesquisas, mais investimentos ou tentativa do professor de tentar o novo.

⁴ Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo); Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE); Programa Um Computador por Aluno (PROUCA); Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais; entre outras.

Mas se o surdo tem seu pensamento estruturado por imagens, se são elas que deverão permear todo trabalho feito com ele pois facilitam sua aprendizagem, por que não utilizarmos?

Desta forma, mais do que afirmar que a mídia carrega significados, ela é um artefato tecnológico intelectual, porque organiza para o sujeito a realidade e fornece um instrumento para o pensamento humano, porque possui modos de interação próprios e potencializa capacidades cognitivas (VIEIRA, 2007, p.8).

Para Sarti (2014) caberá ao professor a criação de ambientes de aprendizagem que integrados com as TIC promoverão de forma mais dinâmica a aprendizagem. Se levarmos em consideração que esses alunos são surdos, mais importante ainda será, pois eles necessitam deste tipo de atendimento. O desafio para o professor será saber como fazer e mediar esta integração. Mas ela é de extrema importância, pois como relata Sales (2013, p.66):

Em aproximação com o contexto educacional, propriamente dito, desenvolver nos educandos sua inteligência visual-espacial depende de a escola abrir espaço em seu currículo para inovações e garantir condições para que o professor desenvolva atividades que agucem o potencial de observação dos alunos, para que aprendam a "olhar com profundidade", dando-lhes com isso condições ainda melhores de aprendizagem e de desenvolverem acuidade estética.

Então, postas todas as reflexões acima, podemos dizer que somente as TIC dentro da sala de aula não são suficientes para garantir o aprendizado, há também o professor que tem a função de mediar este processo. A seguir discutiremos a importância do papel deste profissional no ensino-aprendizado do aluno surdo.

IV. A importância do professor neste processo:

A escola há tempos não é mais considerada o único ambiente de aprendizagem, mas ela e o professor como profissional atuante, se diferenciam de todos os outros ambientes possíveis pois, possuem a sistemática pedagogicamente planejada, objetivos e o que considero o principal, a intencionalidade assumida (COLELLO, 2004, p.1). Sendo assim, o professor e a escola como um todo (coordenação e direção), tem total responsabilidade por aquele aluno. E para assegurar essa responsabilidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996, art. 59).

Especificamente na temática deste trabalho, a acessibilidade proposta para o surdo dentro da escola pelas legislações atuais é definida da seguinte maneira:

O bilinguismo que se propõe é aquele que destaca a liberdade de o aluno se expressar em uma ou em outra língua e de participar de um

ambiente escolar que desafie seu pensamento e exercite sua capacidade perceptivo-cognitiva, suas habilidades para atuar e interagir em um mundo social que é de todos, considerando o contraditório, o ambíguo, as diferenças entre as pessoas (ALVEZ, 2010, p.9).

Neste ponto é que surgem alguns questionamentos básicos: 1) Como é que o aluno pode se expressar em sua língua, se o professor, que é o mediador de conhecimento, não consegue compreendê-lo ou se fazer compreender? 2) Se o professor que é responsável pela mediação de conhecimento, não reconhece a língua que o aluno se comunica, como compreenderá então, seu processo de aprendizagem?

Claro que todos os alunos surdos têm por direito um intérprete de língua de sinais, garantido pelos seguintes documentos legais: Lei de Acessibilidade nº 10.098/2000; Lei do Plano Nacional de Educação nº 10.172/2001; Decreto nº 5626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira da pessoa surda e seu direito de comunicar-se em Libras, bem como o profissional intérprete e sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo o Código de Ética do Intérprete de Libras, ele é o profissional que tem o papel de intermediar a comunicação entre o idioma do emissor ao idioma do receptor. Não compete ao intérprete de Libras a função de educador, sua preocupação deve ser a escolha acertada da estrutura e sinalização, pois a profissão segue critérios de neutralidade no desempenho da função (QUADROS, 2004).

Portanto, ainda que este profissional exista na classe, a responsabilidade de repassar o conteúdo e mediar o conhecimento, ainda é do professor.

É consenso que a construção de conhecimento é um caminho tortuoso e difícil, que demanda muita dedicação das partes interessadas, aluno e professor, em qualquer sala de aula, seja com ouvintes ou surdos, pois,

No processo de construção de conhecimentos estão implicados o sujeito, o objeto a ser conhecido, as relações sociais/culturais e a linguagem. Não é possível prever de que modo esse processo de dar, pois são muitas as variáveis implicadas, todas elas dinâmicas pelas inter-relações que podem ser estabelecidas. (LACERDA, 1996, p.141).

Assim, reforça-se a tese de que um profissional mais bem preparado saberá lidar com mais autonomia diante das situações críticas que podem aparecer dentro sala. O grande problema é que a inclusão não veio acompanhada de políticas públicas que viabilizassem, por exemplo, a formação adequada de professores para o ensino e a instrução de Libras.

Importante considerar que para o professor estar preparado para atuar bem em sala de aula com qualquer aluno, é necessário que ele seja bem formado. Por vezes, o trabalho não é feito de outra maneira apenas por desconhecimento de outros métodos

e meios, e não por recusa. Afinal, como ele pode fazer um determinado trabalho se não lhe foram oferecidas as prerrogativas necessárias? A graduação inicial é o começo da jornada de estudos deste profissional, mas está longe de ser a última. Neste ponto, a meu ver, faltam projetos de formação continuada de cunho prático para o professor que está atuando em sala de aula, que o auxiliem a lidar de maneira prática com as situações e problemas que ocorrem diariamente dentro da escola no campo da inclusão.

O professor é sim um grande responsável pela evolução do aluno, mas não deve ser o único. Importante que coordenação, equipe gestora, secretaria de educação e poder público em geral trabalhem junto com o profissional que está em classe. Pois se ele, o professor, sentir que não tem apoio para atuar pode acabar se frustrando e desistindo e aí se perde uma ótima oportunidade da inclusão ocorrer efetivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política da inclusão foi criada com a intenção de inserir crianças e adolescentes nas escolas de ensino regular, que antes eram frequentadores de escolas especiais.

Independente da deficiência, qualquer professor que vá receber um aluno com necessidades especiais, fica apreensivo, pois poucos deles e poucas escolas estão preparados para tal desafio. Incluir uma pessoa é diferente de integrá-la! O que atualmente ocorre nas maiorias das escolas públicas é a integração, o aluno apenas mudou de local, pois continua alheio ao restante das pessoas. Especificamente no caso da surdez, no momento em que uma pessoa surda entra numa escola que não tem um profissional capacitado para inseri-lo na Libras, nem para se comunicar com ele, o aluno fica sem estímulos, isolado do restante, tornando-se assim, estrangeiro em seu próprio país. Quando o professor se conscientiza da importância de seu papel na vida de seu aluno, e assume a postura de educador, aceitando os desafios de educá-lo, e aceitando as diferenças entre um e outro, diferenças essas que caracterizam cada pessoa como única, é que algumas coisas começam a mudar. Para Mantoan e Prieto (2006, p.17):

Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente.

Este aluno apesar de possuir uma deficiência, não está na escola apenas para a socialização, ele tem o direito de aprender e se desenvolver assim como os outros, direitos esses garantidos com clareza por todas as legislações já citadas anteriormente. Mantoan e Prieto (2006, p.16) ainda complementam dizendo que a inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços.

Portanto, se acesso a bens e serviços se referir a profissionais aptos e informados no que concerne a deficiência/dificuldade que o aluno possui, acesso as todas as TIC

que o auxiliem em seu processo de ensino-aprendizagem, ele tem direito, e nós profissionais da educação (professor, coordenação, gestão da escola, secretarias de educação) temos o dever de assegurá-lo e atendê-lo.

Tratando especificamente do caso da surdez, Lacerda (1996, p.145) traz algumas propostas de soluções que podem auxiliar no trabalho do profissional na sala de aula:

É através da língua de sinais que o surdo pode ter um desenvolvimento de linguagem pleno e que os problemas aqui apontados podem ser minimizados. O trabalho pedagógico precisa ser verdadeiramente sustentado por maneiras de inclusão efetiva da língua de sinais na educação. Através, por exemplo, da presença do surdo adulto participando do espaço pedagógico; através do professor ouvinte sendo verdadeiramente capacitado, conhecendo melhor a Língua de sinais; por um aumento da informação das pessoas envolvidas na educação do que é língua de sinais.

Não será fácil, mas será recompensador, basta compreendermos que o desafio está em assumir uma filosofia baseada nas **diferenças individuais**. Nem todas as pessoas aprendem da mesma maneira. Nem todas as pessoas são iguais (ROSADAS; PREDINELLI, 2002, p.102, grifos do autor).

A maneira como se realiza processo de socialização das informações para os surdos, atualmente, nega-lhes a possibilidade de construir outras realidades, diferentes das que lhes são apresentadas reafirmando, desta forma, a sua condição de excluído. As TICs vêm de encontro à este cenário caótico para afirmar que o sujeito surdo só necessita ser entendido na sua especificidade de aprendizagem, especialmente visual-motora-espacial.

Obviamente, o professor sozinho terá muita dificuldade de dar conta de todo o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Se faz necessário que coordenação, direção e secretarias de educação abracem a causa, assumindo realmente a filosofia baseada nas diferenças, como citado acima, disponibilizando seu tempo, formação continuada, materiais adaptados, TIC, e tudo o que mais for necessário. Só assim, estaremos garantindo a todos os alunos seu direito de aprender e se desenvolver plenamente, construindo sua consciência crítica para que no futuro, eles também possam repassar isso a seus próximos.

BIBLIOGRAFIA

ALVEZ, C. B. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Carla Barbosa Alvez, Josimário de Paula Ferreira, Mirlene Macedo Damázio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; v.4. [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: MEC/DP&A, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Ensino da língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC/Seesp, v. 1, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Programa nacional de apoio à educação de surdos**. Brasília, 2001.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, Editora. 1993.

CAMPELLO, A. R. S. **Pedagogia visual na educação dos surdos-mudos**. 2008. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação de Educação - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

COLELLO, S. M. G. **Alfabetização e Letramento: Repensando o ensino da língua escrita**. FEUSP. 2004.

FERNANDES, S. Letramentos na educação bilíngue para surdos. In BERBERIAN, Ana Paula; DE ANGELIS, Cristiane C. Mori; MASSI, Giselle (orgs). **Letramento: referências em saúde e educação**. São Paulo: Plexus Editora, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, C. B. F; CARVALHO, N. C. Letramento de adolescentes surdos: experiências em um programa de inclusão bilíngue. In Victor S. L; Drago R; e Chicon J. F. (orgs) **Educação especial e educação inclusiva: conhecimentos, experiências e formação**. Araraquara: Editora Junqueira & Marin, 2011.

LACERDA, C. B. F. de. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: Examinando a construção de conhecimentos**. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação de Surdo: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997a.ção, tese de doutoramento, 1996.

MANTOAN, T. E; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: Pontos e contrapontos**. Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

NUNES, M. A. O. **A construção do conhecimento no processo de aprendizagem pelo aluno surdo e as tecnologias da informação e comunicação.** Faculdade de Bauru. 2013.

QUADROS, R. M. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: MEC, SEESP, 2004.

ROSADAS, S. C.; PEDRINELLI, V. J. **Metodologia aplicada ao deficiente mental.** Caderno texto do curso de capacitação de professores multiplicadores em educação física adaptada. Brasília: MEC, SEED, 2002, v. , p. 101-122.

SARTI, L. R. **Uso de TIC por professores em aulas do ensino médio e suas percepções sobre o ensino e a aprendizagem dos alunos em física, química, biologia e matemática.** Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas-SP, 2014.

SALES, E. R. **A visualização no ensino de matemática: uma experiência com alunos surdos.** Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro-SP, 2013.

SALES, E. R. **A imagem no ambiente logo enquanto elemento facilitador da aprendizagem com crianças surdas.** 2004. 65 f. Monografia (Especialização em Informática Educativa), Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, Belém, 2004.

VIEIRA, M. C. A. **Gestão escolar e as tecnologias da informação e comunicação: análise das percepções de diretores escolares para o trabalho com as TICs.** 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
